

A escola primária rural e suas relações com o processo de colonização recente no Sul de Mato Grosso (1940 -1970)¹

Rural primary school and its relationships with the recent colonization process in the South of Mato Grosso (1940 -1970)

112

Alessandra Cristina Furtado²
Claudiani Rodelini³

Resumo: Este artigo busca analisar as relações da escola primária rural com o processo de colonização recente no Sul de Mato Grosso, no período compreendido entre as décadas de 1940 a 1970. A pesquisa que dá origem a este trabalho fundamenta-se na história, história e historiografia da educação, história de Mato Grosso e a educação rural. Recorremos, também, a um conjunto de documentos constituído por Relatórios e Mensagens de governadores do Estado de Mato Grosso, Relatórios de Secretários de Estado, legislação, fotografias, documentação das Colonizadoras, entre outras. Os resultados apontaram que a relação do processo de colonização com a escolarização dessa região, ocorreu com a criação de escolas primárias para atender os filhos dos migrantes e imigrantes, principalmente, nas áreas rurais. Apesar disso, essas escolas não eram suficientes para a atender toda a demanda de crianças nessas áreas.

Palavras-chave: Escola Primária. Ensino Rural. Colonização do Sul de Mato Grosso.

Abstract: This article seeks to analyze the relations between the rural primary school and the recent colonization process in the South of Mato Grosso, in the period between the 1940s and the 1970s. The research that gives rise to this study is based on History, History and Historiography of Education, History of Mato Grosso and Rural Education. One also used a set of documents consisting of Reports and Messages from governors of the State of Mato Grosso, Reports from State Secretaries, laws, photographs, documents of the Settlers, among others. The results showed that the relationship between the colonization process and schooling in this region occurred with the creation of primary schools to serve the children of migrants and immigrants, especially in rural areas. Despite this, these schools were not sufficient to meet all the demand for children in these areas.

Keywords: Primary School. Rural Education. Colonization of South of Mato Grosso.

¹ Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no X Congresso Brasileiro de História da Educação Brasileira, realizado na Universidade Federal do Pará, na cidade de Belém – PA, em 2019.

² Universidade Federal da Grande Dourados, MS – Brasil. alessandra_furtad@yahoo.com.br

³ Universidade Federal da Grande Dourados – MS – Brasil/Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – MS – Brasil. claudiani_rodeline@hotmail.com

Recebido em 15/06/2020

Aprovado em 17/08/2020

Na historiografia educacional brasileira, estudos sobre a educação rural vêm se ampliando na última década. Bastos (2010), ao prefaciar o livro “Educação Rural: práticas civilizatórias e institucionalização da formação de professores”, de organização de Flávia Obino Corrêa Werle apontou que, os estudos sobre “a educação rural e a formação de professores permite preencher uma lacuna da história da historiografia da história da educação na América Latina e, especialmente, no Brasil” (BASTOS, 2010, p.7). Nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde este trabalho está circunscrito, as produções acerca da temática educação rural vêm crescendo também, na última década, principalmente, com pesquisas sobre história das instituições escolares rurais.⁴

Este artigo tem o intuito de contribuir para os estudos sobre a educação rural, pois, emerge com o objetivo de analisar as relações da escola primária rural com o processo de colonização recente no Sul de Mato Grosso - Brasil, mais especificamente, em localidades situadas na região de Dourados, entre as décadas de 1940 a 1970.

A delimitação temporal na década de 1940 corresponde ao período de instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, criada em 1943 e instalada em 1948, no município de Dourados, pelo projeto colonizador de Getúlio Vargas, que ficou conhecido como a Marcha para o Oeste. Já na década de 1970 por sinalizar um período de mudanças nas condições de funcionamento das escolas primárias rurais, devido ao processo de municipalização dessas instituições escolares ocorrido nas áreas de abrangência do município de Dourados e região.

No intuito de alcançarmos os objetivos propostos neste trabalho, a pesquisa foi fundamentada nas referências ligadas à história, à história e historiografia da educação, à história de Mato Grosso e à educação rural. Recorremos, também, a uma documentação localizada nos arquivos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados, tais como: Relatórios e Mensagens de Governadores do Estado de Mato Grosso, Relatórios de Secretários de Estado, dados censitários, legislação, fotografias, documentação das Colonizadoras, entre outras.

O presente artigo foi organizado em duas partes: a primeira trata dos processos de colonização recente no Sul de Mato Grosso; e, na segunda parte aborda a escola primária rural e suas relações com o processo de colonização recente no Sul de Mato Grosso.

⁴ Paes (2011), Silva (2012), Piacentine (2012), Silva (2015), Irala (2014), Rodolini (2015), Cavalcante(2016) e Sá (2016) .

O processo de colonização recente no Sul de Mato Grosso: os casos da CAND⁵ e CAMD⁶

Durante o Estado Novo (1937 a 1945), o presidente Getúlio Vargas lançou a Campanha Marcha para o Oeste, o projeto consistia em uma política de incentivo ao povoamento da parte oeste brasileira. A esse respeito, Arakaki assinala que:

114

A campanha se assentava nos fundamentos da geopolítica, concepção que remonta às vésperas da primeira guerra mundial, quando os países envolvidos lutavam em busca de expansão territorial, denominada de “espaço vital”. A Marcha para o Oeste, diferentemente daquela concepção, buscava a expansão interna, isto é, dentro do território brasileiro. (ARAKAKI, 2008, p. 26)

Essa Campanha tinha o objetivo de povoar o interior do Brasil, constituindo em um novo bandeirismo, porém planejado sob bases racionais, por vias estatais. Para que isso fosse possível, era necessário implantar instituições adequadas para um domínio total do Brasil, pelo Brasil (FIGUEIREDO, 1984). Dentre as políticas idealizadas nesse projeto de colonização lançado pelo governo de Getúlio Vargas, estava a criação de Colônias. No caso da região Centro-Oeste, estava prevista a criação de uma Colônia em Goiás e outra em Mato Grosso.

A instalação das Colônias estava diretamente ligada à fixação do homem no campo, por meio da implantação da pequena propriedade, pois tinha em vista a necessidade de expansão das relações capitalistas de produção e, conseqüentemente, do capital agrícola (OLIVEIRA, 1999). Sobre o assunto, Ponciano (2001, p. 40) adverte:

[...] a pequena propriedade era utilizada como estratégia para propiciar o retorno do homem desocupado da grande cidade ou de regiões com grande densidade demográfica ao campo e às regiões como a de Goiás, a do Mato Grosso e a da Amazônia. [...] o trabalhador teria a aquisição de sua terra facilitada em função do baixo preço, pela ajuda financeira na obtenção de recursos e utensílios para trabalhá-la.

Neste sentido, a colonização estava apoiada na estrutura da pequena propriedade, o que, lentamente, acabaria sendo modificada “[...] a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurava a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigiria” (LENHARO, 1986, p. 51). Tanto que, em Mato Grosso, o projeto colonizador de Getúlio Vargas foi estabelecido na parte sul do estado e viabilizado por meio da criação da Colônia

⁵ Colônia Agrícola Nacional de Dourados

⁶ Colônia Municipal de Dourados

Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Um dos objetivos da Marcha para o Oeste era o povoamento do Sul desse estado, tendo como objetivo enfraquecer o monopólio da Empresa Mate Larangeira⁷, instalada por Thomas Laranjeira, empresário gaúcho, que atuou nessa região por quase setenta anos, explorando os ervais.

A Companhia Mate Larangeira foi efetivamente erigida em 5 de setembro de 1891, na cidade do Rio de Janeiro, sendo constituída por 15.000 ações no valor de 3 mil contos de réis cada uma. Na mesma data foi fundado o Banco Rio Branco, que recebeu 14.540 ações, sendo o Mantenedor dessa Companhia. A partir de então, a ação de Francisco Mendes Gonçalves, Thomás Laranjeira e dos outros sócios se converteu numa ação Empresarial. A extração da erva-mate era o negócio mais lucrativo do sul do Estado de Mato Grosso, pois já tinha um mercado consumidor seguro.

Essa Companhia manteve o seu domínio nos ervais dessa região até meados da década de 1940 quando, então, o presidente Getúlio Vargas passou a não renovar mais o contrato de direito à Companhia, para a exploração da erva-mate. Essa circunstância deve ser compreendida dentro do contexto das propostas de política estadonovista, pois a Marcha para o Oeste tinha como objetivos a nacionalização das fronteiras e o povoamento da região Centro-Oeste. Desse modo, pode-se dizer que, essa política de Getúlio Vargas era “parte integrante de um projeto nacionalizador que possibilitou, ao governo federal, um maior controle na fronteira com as repúblicas vizinhas do Paraguai e da Bolívia” (OLIVEIRA, 2013, p. 23).

No Sul de Mato Grosso, a política de colonização e nacionalização das fronteiras do governo Vargas, como parte da Marcha para o Oeste, consolidou-se com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e o encaminhamento de contingentes de trabalhadores, os quais foram assentados sob a proteção do Estado (Oliveira, 1999). Contudo, a Colônia criada pelo Decreto-Lei n.º 5.941, de 28 de outubro de 1943, teve somente a sua real implantação em 20 de julho de 1948, quando o governo federal, por meio do Decreto-Lei n.º 87, demarcou os seus limites com a reserva de uma área a ser demarcada não inferior a 300 mil hectares (PONCIANO, 2001).

O território da CAND englobava os atuais municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí, Douradina e Deodópolis. A área total delimitada pelo Governo Federal Colônia era de 300.000 hectares, mas acabou sendo reduzida para 267.000

⁷ Neste artigo, usaremos a grafia “Companhia Mate Larangeira” no original, escrevendo “Larangeira” com “g”, que segue a grafia do texto citado. Fonte: Memorial Digital – Coleção Cia. Mate Larangeira.

hectares, dividida em duas zonas: uma à esquerda do rio Dourados, com 68.000 ha, e a segunda com 199.000 ha, à direita do rio (QUEIROZ, 2009).

Os colonos passaram a ocupar as terras da CAND, quando os limites dessa colônia foram demarcados pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra. Nessa época, vieram migrantes de quase todas as regiões do país, principalmente do Nordeste brasileiro, além de imigrantes de países da América Latina, Europa, Ásia e Japão. Muitas famílias se deslocaram para a Colônia, atraídas pelas propagandas emitidas por Vargas nos veículos de comunicação oficial, ou chegaram por meio de informações de familiares e amigos que, ao tomarem conhecimento da doação dessas terras, apressaram-se em avisar os familiares. As terras da Colônia foram cobiçadas e se tornaram objeto de desenfreada especulação.

Na distribuição dos lotes da Colônia, alguns critérios foram estabelecidos, entre eles, eram doados para cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, que se declarassem pobres e se comprometessem a morar nos lotes rurais. Não poderiam “[...] ser vendidos, hipotecados, alugados, permutados, alienados ou transferidos, antes da expedição do título definitivo de posse.” (OLIVEIRA, 2013, p. 51).

No processo de ocupação da Colônia era exigida certa iniciativa dos colonos, tendo em vista a necessidade de um espírito desbravador por parte dos mesmos, já que deveriam entrar na área e iniciar as roças por meio da abertura de picadas, estradas e demarcações dos lotes, isentando o Governo dos gastos com tais tarefas. A criação dessa Colônia teve um caráter de povoamento com múltiplos objetivos, entre eles: garantir a ocupação territorial, aumentando o contingente populacional nas áreas de fronteira; desconcentrar áreas de possíveis conflitos sociais, como o Nordeste brasileiro; firmar a parte meridional mato-grossense como extensão do Sudeste, como mercado consumidor e produtor de matéria-prima (ABREU, 2001).

Nesse processo de colonização recente no Sul de Mato Grosso, na região de Dourados, além da criação da CAND, também ocorreu à instalação da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (CMD). Ainda que essa Colônia Municipal tenha tido suas terras reservadas em 1923, somente foi implantada em 1946. Essa Colônia foi criada numa área de 50.000 hectares de terras compreendidas entre o rio Brilhante e o rio Panambi, no município de Ponta Porã. Essas terras tinham sido reservadas para a colonização em 1923, por meio do Decreto nº 616, assinado pelo presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa (CARLI, 2008). Ainda de acordo com a autora, a área foi reduzida, em 1932, para 30.000 hectares. Nessa época, essa área pertencia ainda ao município de Ponta Porã, pois, foi somente a partir de 1935, com a criação do município de Dourados, que essa área passou a pertencer a esse município (CARLI, 2008).

Na região de Dourados, o processo de colonização intensificou a chegada de migrantes que se avolumou de forma tão significativa, que o prefeito municipal viu nesse movimento a oportunidade para implantar a CMD, pois alguns colonos que vinham com o objetivo de se estabelecerem na CAND e “encontravam dificuldades, tratavam logo de se direcionar para a área que posteriormente seria a Colônia Agrícola Municipal de Dourados, pelo fato de esta área não estar ainda demarcada” (CARLI, 2008, p.88). Desse modo, essa Colônia acabava tendo por iniciativa do município atender aos apelos da população, cansada das protelações do governo do Estado.

Contudo, foi somente por volta de 1946, que o então prefeito de Dourados, João Augusto Capilé Junior resolveu explorar as terras reservadas para a CMD, para avançar com a colonização e definiu uma pequena área com baixa vegetação para ser a sede da futura colônia. Em 1948, mesmo com a mudança de prefeito no município de Dourados, o projeto colonizador iniciado por Capilé Junior continuou na gestão do Sr. Antônio de Carvalho, que inclusive legalizou todos os lotes, até então distribuídos e intensificou a colonização.

A implantação dessas colônias não proporcionou, para o município de Dourados, apenas a expansão demográfica, com o povoamento dos “espaços vazios” da localidade, mas trouxe, também, transformações econômicas, políticas, culturais e sociais. Essas mudanças aceleraram o desenvolvimento urbano com a instalação, a partir de 1950, de hospitais, bancos, cinema, clubes, linha telefônica; ampliação do comércio, loteamentos imobiliários; a criação de associações de classe e, também, de mais escolas.

A Escola Primária Rural e suas relações com o processo de colonização recente no Sul de Mato Grosso

A colonização recente na região de Dourados, acabou por influenciar no processo de escolarização das áreas rurais, com a criação de um maior número de escolas primárias para atender os filhos dos migrantes e imigrantes. No caso da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a própria legislação em seu artigo 22, determinava a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com frequência obrigatória. E, ainda, o seu artigo 38 estabelecia multa de Cr\$ 100,00 para pais de menores não frequentes e “[...] comparecimento intermédio da autoridade policial [...]” (GRESSELER, 1988, p. 19). Assim, estava estabelecida a política de oferta e regulamentação da instrução pública voltada para as áreas da Colônia Nacional. Cumpre lembrar que, a obrigatoriedade do ensino para todos na CAND,

principalmente da instrução primária, já estava em vigor mesmo antes da implantação definitiva da Colônia em 1948.

A instalação de um maior número de escolas na região de Dourados, para alfabetização das crianças, nas áreas de colonização, tornou-se uma necessidade crescente, devido ao aumento demográfico ocorrido pela vinda de migrantes e imigrantes. Fato esse que se tornou matéria no jornal local. O jornal “O Progresso” de 20 de junho de 1954 publicou uma matéria que advertia:

O que Dourados precisa? Instalação de Maior Número de Escolas, Convenientemente Aparelhadas, Para uma população estimada em 25 mil habitantes. De conformidade com o art. 8o do Decreto lei 3059, acima mencionado nas Colônias Agrícolas Nacionais; serão muitas ainda escolas primárias para alfabetização de todas as crianças em idade escolar. Presentemente, porém, funcionam na Colônia apenas 10 escolas, Cogita a atual administração da Cand construir mais 10 prédios no corrente exercício sendo possível, assim, a instalação de 20 escolas para 1.400 crianças. O governo mato-grossense promete, também, fornecer professoras sem ônus para União, ou seja, para a Colônia pagar CR\$ 900,00 às professoras e CR\$ 1.800,00 à diretora. Segundo estudos já feitos — informam os técnicos — cada escola está orçada em CR\$ 50 000,00. Não é preciso ressaltar a urgência da execução dessa importante medida em prol da alfabetização de numerosas crianças que vivem pelo sertão, preciosos elementos (PROGRESSO, 1954, p.5).

A matéria do Jornal “O Progresso” chamava atenção para questões que marcavam o cotidiano escolar das áreas da CAND, como a urgência de instalação de um maior número de escolas primárias, devidamente aparelhadas para alfabetização das crianças em idade escolar.

Com vistas que para Chartier (1990, p.17), as “representações são práticas culturais, isto é, elas são estratégias de pensar a realidade e construí-la”, desta forma, as representações do mundo social, são sempre produzidas a partir dos interesses de determinados grupos. E, essas percepções, “(...) não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p.17), pode-se dizer que o governo mato-grossense atendeu as reivindicações da população da região de Dourados, utilizando como estratégia a criação de mais escolas primárias rurais nessa localidade. Fato esse evidenciado pelos dados extraídos da Mensagem de Governador de Mato Grosso em 1955, conforme mostra a tabela 1:

Tabela 1 – Relação das Escolas Rurais Primárias do estado de Mato Grosso em 1955

Municípios	Quantidade	Municípios	Quantidade
Amambaí	23	Jardim	03
Acorizal	24	Ladário	01
Alto Garças	02	Mato Grosso	08
Arenápolis	02	Maracajú	04
Alto	13	Miranda	14
Araguaia		Nioaque	06
Alto	09	Nortelândia	02
Paraguai		Nossa	40
Aquidauana	20	Senhora do	
Aparecida do	04	Livramento	
Tabuado		Ponte Branca	02
Barão de	11	Porto	11
Melgaço		Murtinho	
Barra do	17	Ponta Porã	35
Garças		Poxoréu	33
Bonito 12	12	Poconé	58
Barra do	05	Paranaíba	26
Bugres		Rochedo	08
Bela Vista	22	Rondonópolis	06
Chapada dos	38	Ribas do Rio	03
Guimarães		Pardo	
Corguinho	02	Rio Brilhante	17
Coxim	25	Rosário	73
Camapuan	06	Oeste	
Cáceres	38	Rio Verde de	05
Campo	59	Mato Grosso	
Grande		Santo	60
Corumbá	33	Antonio do	
Diamantino	16	Leverger	
Dourados	65	Sidrolândia	03
Itaporã	03	Torixoreu	01
Itiquira	01	Tesouro	02
Jaraguai	07	Terrenos	02

Fonte: Mensagem de Governador do Mato Grosso, 1955

Os dados da Mensagem de Governador de Estado de Mato Grosso de 1955 deixam evidente que o município de Dourados (65 escolas), foi o que mais recebeu a instalação de escolas primárias rurais no Sul de Mato Grosso, na década de 1950, ficando atrás apenas de

dois municípios situados no Norte do Estado, no caso, Cuiabá (108 escolas) e Rosário do Oeste (73 escolas). A tabela acima evidencia como o governo mato-grossense correspondeu as reivindicações da população da região de Dourados, fato esse representado com a criação de 65 escolas na localidade.

Nas escolas criadas pelos recursos da CAND, todas funcionavam em terreno e prédio cedidos por algum agricultor da região que, por meio desse ato, pretendia na maioria das vezes, tirar proveito de tal ato. Essas escolas eram planejadas para o maior aproveitamento da ventilação natural possível para a sala de aula, a considerar a instalação de amplas janelas, além de duas varandas para convivência dos alunos, sendo uma para acesso a sala de aula e outra para a merenda (SILVA, 2015). Contudo, havia outras escolas nessas mesmas áreas da Colônia que apresentavam uma estrutura simples, com apenas uma sala destinada à aula, sem estrutura para a confecção da merenda para os alunos ou fonte de água potável, como pode ser percebido pela ausência de um poço em seu entorno.

Em áreas pertencentes à Colônia Agrícola Municipal de Dourados, como a Colônia Panambi, que em 1953 foi elevada à categoria de município, com o nome de Itaporã, pode-se dizer que foi nessa época que o processo de escolarização teve início. Em 1945, a Sr^a Olímpia Moura uma das primeiras professoras a ministrar aulas nessa área da Colônia, começou atendendo em sua própria residência, principalmente, os filhos dos vizinhos. Neste período, as mulheres que tinham interesse em ministrar aulas se dirigiam até a prefeitura de Dourados e pediam nomeação. Desse modo, começavam a ministrar aulas em suas próprias residências até a construção de uma escola, como foi o caso de Maria Cordeiro, Olímpia Moura e muitas outras mulheres. A esse respeito o Senhor Cordeiro relata:

As escolas isoladas foram sendo criadas: [...] localizamos as regiões mais densamente povoadas. A proposta consistia de que um sitiante local dispusesse de uma área mínima de cinquenta por cinquenta metros, para começarmos a construir escolas de madeira, cobertas de telhas francesas. Alvenaria nem pensar, pelo custo e dificuldade de material e mão de obra. Já a madeira praticamente era quase de graça, pois já iniciava o processo de exploração e transformação da mesma, e havia abundância na época, inclusive para fazer algumas mesas para o professor, carteiras para os alunos e alguns armários improvisados para guardar material escolar: Giz, livros e cadernos, etc. (CORDEIRO, 2010, p. 83).

Embora feitas de madeira, essas escolas eram muito bem-feitas, com acabamento e telhas de cerâmica e janelas amplas para facilitar a ventilação, conforme se pode observar na figura.

Figura 1- Escola construída no córrego do Anacleto – 31/3/1962

Fonte: Cordeiro (2010, p. 84).

A imagem permite entrever que na escola isolada rural construída, o mastro para a bandeira tinha o local de destaque na frente da instituição construída em madeira e com amplas janelas e portas para ventilação. É possível ver ao fundo da escola a mata ainda preservada. Em certa medida, neste período, algumas escolas foram construídas para fins educacionais e outras ocuparam espaços improvisados ou cedidos.

Deste modo, as unidades escolares foram se expandindo, em 1958, por exemplo, já havia ao todo 27 unidades escolares em Itaporã, nessa região de abrangência da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (LIVRO DE REGISTROS, 1959). Essas escolas iam sendo assumidas pelos alunos que haviam alcançado o nível quatro, “que já se candidatava e estava apta a lecionar na área rural, desde que se dispusesse ir residir na propriedade onde estava construída a escola. O sitiante tinha ainda que alojar o professor ou professora. E havia pessoas que se dispuseram e enfrentaram a missão” (CORDEIRO, 2010, p. 83).

Entretanto, muitas dessas escolas sofriam com problemas relacionados à falta de estrutura física e pedagógica, pois, funcionavam em lugares não apropriados, em construções bem rudimentares e, ainda na maioria, das vezes, tinham que contar com professores sem habilitação para o exercício da docência, professores esses que possuíam apenas o ensino primário. Na década de 1960, Marcílio (1963, p. 214) apontava que, esses professores eram considerados pelo governo como um problema para o Estado, pois “tendo-se em conta os conhecimentos gerais que possam possuir esses professores, jamais estarão eles em condições de exercer

integralmente as suas funções de mestres, sem os conhecimentos especializados da profissão”. A problemática da formação dos professores das áreas rurais em Mato Grosso tentava ser suprida pelo governo do Estado, por meio de Cursos de Normal de Férias, cursos esses que se intensificaram em Mato Grosso, na década de 1960, com a criação do Centro de Treinamento de Cuiabá, em que se tinha uma parceria também com o governo federal.

Considerações Finais

Um trabalho como este permitiu compreendermos as relações da escola primária rural com o processo de colonização recente no Sul de Mato Grosso - Brasil, mais especificamente, em localidades situadas na região de Dourados, entre as décadas de 1940 a 1970, bem como observarmos que o projeto colonizador de Getúlio Vargas de “Marcha para o Oeste”, no Sul de Mato Grosso desencadeou, de um lado, a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e, de outro, a criação da Colônia Agrícola Municipal de Dourados. E, ainda, por outro, constatarmos que esse projeto colonizador intensificou o desenvolvimento demográfico nessa região, com a vinda de migrantes paulistas, mineiros, gaúchos, paranaenses, nordestinos, além de imigrantes paraguaios, japoneses, bolivianos, sírios, entre outros.

Contudo, esse processo de colonização recente no Sul de Mato Grosso, mais especificamente no município de Dourados e região, possibilitou compreendermos que as relações da escola primária rural com esse processo colonizatório desencadeado mediante a criação da CAND e da CAMD, com a vinda de migrantes e imigrantes para a região, acabou por influenciar no processo de escolarização dessa localidade, sobretudo nas áreas rurais, onde se concentrava o maior número da população, com a criação de um maior número de escolas primárias para atender os filhos desses migrantes e imigrantes.

Ainda que a colonização tenha mantido relação direta com o processo de escolarização dessa região, desencadeando a criação e expansão de escolas primárias rurais, foi possível percebermos que, esses estabelecimentos ainda não eram suficientes para atender toda a demanda escolar e também sofriam com problemas relacionados à falta de estrutura física e pedagógica. Contudo, essas escolas primárias rurais não envidaram esforços para escolarizar as crianças dessas áreas marcadas pela colonização em Mato Grosso, entre as décadas de 1940 a 1970.

Referências

ABREU, S. de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço matogrossense: contexto, propósitos e contradições*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2001.

ARAKAKI, S. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados, MS. Editora UEMS, 2008.

BRASIL, *Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946*. Lei Orgânica do Ensino Primário. (1946). Brasil. Recuperado em 23 dezembro 2017 em <http://www.saleis.adv.br>

CARLI, M. A. F. *Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

CARVALHO, M. M. C. Por uma História Cultural dos Saberes Pedagógicos. In: SOUSA, C. P. et al. *Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras, 1998.

CAVALCANTE, Aline do Nascimento. *Imprensa e educação: o ensino primário rural nas páginas de jornais do município de Dourados-MT (1948-1970)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados, 2016.

CHARTIER, R. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CORDEIRO, A. A. *A vida e os sonhos de um nordestino parente de todos*. Campo Grande: Centro gráfico Ruy Barbosa, 2010.

CORDEIRO, C. A. Entrevista concedida em mar de 2014. Entrevistadora: Claudiani Rodolini. Itaporã – MS, 2014.

FIGUEIREDO, P. *Aspectos Ideológicos do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, 1984.

GRESSLER, L. A. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul*. Dourados, 1988.

IRALA, Clóvis. *Educação rural em Dourados: a escola Geraldino Neves Correa 1942-1982*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: UNICAMP, 1986.

LIVRO DE REGISTROS DA COLÔNIA AGRÍCOLA MUNICIPAL DE DOURADOS - 1959. Dourados, Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados, 1959.

MARCÍLIO, H. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador do Estado de Mato-Grosso Fernando Corrêa da Costa por ocasião do início da Legislatura de 1955. (1955). Cuiabá. Imprensa Oficial. Arquivo Público de Mato Grosso Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados.

OLIVEIRA, B. C. de. (Org.). *Histórias que (re)contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul*. Dourados: Ed. UFGD, 2013

_____. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. Dissertação Mestrado em História, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, São Paulo, 1999.

O PROGRESSO. Edição de 20 de junho. Dourados. Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 1954.

PAES, Ademilson Batista. *A escola primária rural em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul no período republicano (18889-1942)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Julio Mesquita Filho, 2011.

PIACENTINE, Ana Paula Fernandes da Silva. *História da Formação para professores leigos rurais: o curso de magistério rural em Dourados, na década de 1970*. Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2012.

PONCIANO, N. P. *Religião, Cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943 – 1965)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, SP, Brasil, 2006.

RODELINI, Claudiani Ferreira da Cunha. *Grupo escolar Antônio João Ribeiro: cultura escolar primária em Itaporã-MT uma contribuição para a história das instituições educativas (1953-1974)*. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: UFGD, 2015

QUEIROZ, P. R. C. *Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. In: Lamoso, L. P. (org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Marineide de Oliveira. *As escolas rurais de acordo com a legislação mato-grossense*, 2014. Disponível em: <<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.evento/files/812cd1cc-8619-4f34-87a7-90d9f0379012.pdf>>. Acesso: fev 2016.

SILVA, W. S. *Grupo Escolar Presidente Vargas – Distrito de Vila Vargas – Dourados-MT: um perfil da Escola Primário urbano/rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1970)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil, 2015.

WERLE, F. O. C. (Org.) *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Editora Unijuí: Ijuí, 2007.